

9.6. RISCO LEGAL

Considerando as normativas da Resolução CMN 4.963/2021 e Portaria 1.467/2022, o NUGIN observou desenquadramento passivo de 1 (um) fundo pertencente a carteira FUNPREV. O referido desenquadramento foi decorrente de situações involuntárias, conforme art. 27 da Res. 4.963/2021. Além disto, o IGPREV possui um fundo estressado, FIDC BBIF Master na carteira. Este fundo está em processo de reestruturação dos seus ativos. Contingência:

- Processo judicial para reaver o valor investido no FIDC BBIF Master.
- Monitoramento dos fundos que sofreram desenquadramento involuntário.

10. BLOQUEIOS E SEQUESTROS JUDICIAIS

Os bloqueios e sequestros judiciais foram eventos importantes para a gestão de investimentos no ano de 2022. A partir do segundo semestre de 2022 intensificou-se o número de bloqueios judiciais a contas e fundos de investimentos. Com esta situação o NUGIN deparou-se com um aumento do seu risco de liquidez, com a impossibilidade de realizar resgate de cotas bloqueadas, sequestro de recursos em meio a operações financeiras e impacto sobre a imagem do Instituto.

Em diversas ocasiões, ao realizar a compra de títulos públicos, o NUGIN precisou solicitar resgates maiores do que os previstos para as operações, visto que a liquidação da mesma é D+1 (um dia útil após fechamento da operação), e na possibilidade de não haver na conta da custódia o valor acordado, tal infortúnio poderia acarretar em prejuízos financeiros (multas) e de imagem, incalculável para o Igeprev.

No mês de novembro e dezembro, como agravante aos bloqueios, iniciaram também os sequestros de valores, e não somente os disponíveis em contas correntes, mas também de fundos de investimentos, o que poderia representar alto risco financeiro, pois os resgates ocorreram de forma aleatória em fundos que poderiam estar com cotas negativas, realizando assim perda financeira.

Ratificamos que os recursos aplicados nos fundos de investimentos, nos títulos públicos e disponíveis nas contas correntes de investimentos são EXCLUSIVAMENTE destinados ao pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte, para o financiamento da taxa de administração do RPPS e para o pagamento da compensação financeira conforme art. 81, §1º da portaria MTP nº 1.467 de 02 de junho de 2022, e não ao pagamento de RPVs.

Na tabela a seguir, são apresentados os valores sequestrados por decisão judicial.

Tabela 17: Valor dos sequestros por decisão judicial em 2022

SEQUESTROS POR DECISÃO JUDICIAL	
CONTA D FINANPREV	R\$ 844.575,03
CONTA D FUNPREV	R\$ 1.269.836,02
CONTA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	R\$ 14.194,79
TOTAL	R\$ 2.128.605,84

Fonte: NUGIN

11. PARECER TÉCNICO NUGIN

O parecer técnico do NUGIN refere-se à avaliação do núcleo sobre proposições estratégicas do fundo previdenciário.

Tabela 17: Estratégia de Alocação – FUNPREV Atual e Alvo NUGIN.

Estratégia	Carteira %	Estratégia Alvo	Racional
Renda Fixa	75,36%	80,00%	Qualificação da Renda Fixa: defesa da meta atuarial com menor volatilidade
Alocação Dinâmica	32,45%	30,00%	
CDI Ativo	18,54%	15,00%	Elevar ativos CDI através da compra de Tesouro SELIC, gerando redução de custos e do risco de perda de aderência ao benchmark. A perspectiva de manutenção do CDI em patamar acima da meta ao longo de um período de 3 anos mantém a estratégia atrativa.
CDI Referenciado	13,91%	15,00%	
Tesouro SELIC	-	0,00%	
Crédito Privado	1,52%	5,00%	Prêmio de risco por assumir crédito privado na carteira está bastante interessante. Com o estresse do mercado de renda fixa, as emissões continuam robustas e possuem retorno potencial atrativo.
Fundo de Crédito	0,56%	2,50%	
Título de Crédito	0,96%	2,50%	
Juro Nominal	-	5,00%	A SELIC deve convergir para sua média histórica ao longo dos próximos 3 a 5 anos. Com isto, momento se torna atrativo para compra de Tesouro Pré Fixado.
Tesouro Pré Fixado	-	5,00%	
Juro Real	41,39%	40,00%	
IDKA 2	-	-	Oportunidade de taxas acima da meta atuarial com o Tesouro Inflação. Taticamente, é válido vincular parcela dos recursos a SELIC até a observação de melhores taxas conforme a evolução da conjuntura, sobretudo relativo ao risco fiscal.
IMA-B 5	6,37%	0,00%	
IMA-B	3,83%	0,00%	
Vértice	3,84%	0,00%	
Tesouro Inflação	27,35%	40,00%	
Renda Variável	12,37%	7,00%	Captura de oportunidade, com maior controle sobre custo, risco e liquidez
Bolsa Brasil	12,37%	-	Consolidação dos melhores gestores e busca por maior aderência ao Benchmark Ibovespa, reduzindo número de fundos e adicionando de ativos de baixo custo (ETF's). A materialização de cenários positivos (queda do juros SELIC, crescimento e fase distinta do ciclo econômico) pode gerar valor a carteira, adicionando ganhos de diversificação.
Libre	7,96%	-	
Ibovespa	1,66%	7,00%	
Smallcaps	1,22%	-	
Fof	1,53%	-	
Exterior	3,81%	6,00%	Diversificação no Exterior: defesa de tese estrutural, com posição defensiva
Alocação Dólar	2,77%	3,50%	Adaptação ao cenário econômico vigente, focando no controle de risco, mas mantendo posição estrutural de diversificação no exterior. Taxas de juros globais mais altas, risco de recessão e incertezas impõe necessidade de posição defensiva. Ajuste para uma composição com maior parcela de recursos em multimercados com dólar e hedge para a captura de prêmios e oportunidades táticas.
Bolsa S&P Dólar	2,58%	1,50%	
Multimercado Dólar	0,19%	1,00%	
Alocação Hedge	1,04%	3,50%	
Bolsa S&P Hedge	0,49%	0,00%	
Multimercado Hedge	0,55%	1,50%	
Estruturado	8,45%	7,00%	Foco em Ativos Alternativos: consistência para o longo prazo
Multimercado Brasil	4,03%	2,00%	Consolidação da estratégia de investimentos alternativos, com continuidade de estudo ativos da economia real e realocação da parcela de Multimercado Brasil (em razão da baixa capacidade de agregar valor acima do CDI) para CDI e Multimercado Internacional.
Multimercado CDI+S&P	2,44%	2,00%	
Economia Real	1,98%	3,00%	
FUNPREV	100,00%	100,00%	

Fonte: NUGIN

Assim, evidencia-se a ampliação das possibilidades de cumprimento da meta atuarial sob diversos cenários possíveis com a execução desta alocação estratégica de ativo. Um portfólio mais equilibrado, resiliente e com flexibilidade estratégica para diversos cenários econômicos e trajetórias de ativos financeiros possíveis, com um gerenciamento de risco e retorno mais eficiente do patrimônio do instituto.

12. ANEXO 1

Atividades estratégicas para atendimento a política de investimento 2022

	Ações Nugin	Pendências	Eventos Relevantes
	Atualização da Minuta da Política de Investimentos 2022 para atendimento a Resolução CMN 4.963/2021 – Revisão 01 – 25/01/2022	Deliberação da DIREX da Nota Técnica de Títulos Públicos Homologação do Certificado de Pró-Gestão Aquisição de Sistema de Monitoramento para a Carteira de Investimentos;	
Fevereiro	Envio da Minuta da Política de Investimentos 2022 para deliberação DIREX e posteriormente deliberação do CEP Análise e Elaboração Nota Técnica FIP Kinea IV Análise e Elaboração da Nota Técnica FIP VSH Multiestratégica Análise de Fundos de Crédito Privado	Deliberação da DIREX da Nota Técnica de Títulos Públicos Nomeação do CEP - Aprovação da PI 2022 pelo CEP Homologação do Certificado de Pró-Gestão	Amortização dos fundos vértices Amortização do FIP Kinea Private Multiestratégica
Março	Avaliação do FIP Economia Real II Aplicação em Crédito Privado	Deliberação da DIREX: Nota Técnica de Títulos Públicos; Nota Técnica FIP Kinea IV Nota Técnica FIP VSH Multiestratégica Nomeação do CEP - Aprovação da PI 2022 pelo CEP Homologação do Certificado de Pró-Gestão	Fim do prazo do envio da PI 2022 a Secretária de Previdência
Abril	Elaboração Nota Técnica Economia Real II Recomposição dos fundos IMA-B da carteira FUNPREV Avaliação do método de otimização da carteira pelo sistema Economatica Elaboração do Termo de Referência e Solicitação da contratação do serviço de ALM Elaboração do Edital de Credenciamento 2022	Deliberação da DIREX: Nota Técnica de Títulos Públicos; Nota Técnica FIP Kinea IV Nota Técnica FIP VSH Multiestratégica Nomeação do CEP - Aprovação da PI 2022 pelo CEP	
Mai	Envio da minuta do Edital de Credenciamento para deliberação da DIREX	Nomeação do CEP Aprovação da PI 2022 pelo CEP	Ausência de Deliberação da DIREX em relação às notas Técnicas "FIP Kinea IV" e "FIP VSH Multiestratégica" – os fundos foram fechados para captação.
Junho	Envio da Nota Técnica FIP Economia Real II Análise do Credenciamento Atualização da Minuta da Política de Investimentos 2022 considerando a Portaria nº 1.467/2022; a Certificação Pró-Gestão 2 e atualização do cenário macroeconômico – Revisão 02 – 21/06/2022	Nomeação do CEP - Aprovação da PI 2022 pelo CEP Não renovação do CRP devido à falta de aprovação da Política de Investimentos	Aprovação da Nota Técnica – Títulos Públicos pela DIREX Aprovação do Edital de Credenciamento 2022 e sua Publicação Aprovação da Nota Técnica FIP Economia Real II Amortização FIP BTG Infra II Atualização e consolidação das normas dos RPPS pela Portaria 1.467/2022. Abertura do Edital de Credenciamento 2022 Saída de um servidor do setor, sem reposição
Julho	Análise do Credenciamento 2022		Aprovação da PI 2022 pelo CEP Renovação do CRP
Agosto	Realocações Estratégicas: Saída de fundos IMA-B e aplicação em Títulos Públicos – NTN-B Resgates de fundos desenquadrados e aplicação em Títulos Públicos – NTN-B		Encerramento de fundos vértices 2022 Amortizações de fundos vértices 2024 Amortização FIP BTG Infra II Saída de um servidor do setor, sem reposição.
Setembro	Realocações Estratégicas Saída de fundos IMA-B e aplicação em Títulos Públicos – NTN-B		Intensificação dos Bloqueios Judiciais para pagamento de RPV, podendo acarretar prejuízos nos investimentos; Sequestros judiciais.
Outubro	Realocações Estratégicas Saída de fundos IMA-B e aplicação em Títulos Públicos – NTN-B Memorando à DIREX sobre bloqueios e débitos judiciais nas contas de investimentos, o risco desta situação e solicitando providências (Proc.2022/1301961)	Providências em relação aos bloqueios judiciais	Bloqueios Judiciais e sequestros judiciais de recurso em conta corrente.